

## Dinâmicas de ocupação e domínio no espaço público: uma perspectiva a partir da Praça Cívica em Goiânia (GO)

DOI: 10.20396/labore.v18i00.8675949

**Vitor de Souza Morais**

<https://orcid.org/0000-0002-8647-288X>  
Universidade Federal de Goiás / Goiânia [GO] Brasil

**Fernando Antônio Oliveira Mello**

<https://orcid.org/0000-0002-3923-1469>  
Universidade Federal de Goiás / Goiânia [GO] Brasil

**Camilo Vladimir de Lima Amaral**

<https://orcid.org/0000-0003-1760-839X>  
Universidade Federal de Goiás / Goiânia [GO] Brasil

### RESUMO

Os espaços públicos abertos idealizados no Brasil no decorrer do século XX demonstram de diferentes formas as forças e vontade política atreladas a propostas de planejamento e requalificação urbana. O Estado Novo (1937-1945) representa um momento de adensamento do discurso pela modernização do país. Este contexto embasou a criação de Goiânia como nova capital de Goiás e como uma imagem e identidade desejada para o território brasileiro. Seu planejamento urbano buscou privilegiar, através de seu emblemático traçado de três grandes avenidas convergentes, uma grande Praça Cívica central que abrigaria o conjunto de edificações para a sede administrativa do governo estadual, concebido como um lugar para uso, sociabilidade e domínio do espírito público. Nessa perspectiva o artigo visa debater a condição da Praça Cívica enquanto espaço público e seus impactos no convívio social no contexto do século XXI. Essa reflexão parte da problemática dos espaços públicos concebidos pela nova política, como lugares representantes dos ideais, de ordem e de modernidade desejados para o país, que parecem, sobretudo, exaltar a dominância do poder político. As antigas apropriações, as transformações urbanas e as dinâmicas sociais – que ocorreram tanto no centro como na praça – levantam o questionamento sobre como o processo de globalização e a cultura da individualidade agiram a partir da idealização deste espaço. Essa relação pode ser discutida não apenas através das modificações no uso e na materialidade, mas também no sentido de um planejamento monumental que privilegia diferentes ideias de poder e modernidade. A discussão verifica como o local apresenta apenas esse domínio público, e se são observados outros atravessamentos em seu uso. Para tal se apoia no método lefebvriano regressivo-progressivo, utilizando a história como ferramenta para uma discussão da atualidade através de suas origens, compreendendo o caráter atual como parte de uma processualidade. Assim, busca-se destacar como há uma mistura de tempos históricos que moldam estruturas socioespaciais conflituosas no decorrer do tempo e como as práticas de uma rotina urbana contribuem nessas transformações.

### PALAVRAS-CHAVE

Espaço público. História e política. Goiânia. Praça Cívica. Método Regressivo Progressivo.

### **Dynamics of occupation and domain in the public space: a perspective from the civic square in Goiania [state of Goiás] Brazil**

### ABSTRACT

The open public spaces idealized in Brazil during the 20th century demonstrate in different ways as a window and policy linked to proposals for urban planning and requalification. The Estado Novo (1937-1945) represents a moment of densification of the discourse for the country's modernization. This context was the basis for the creation of Goiânia as the new capital of Goiás and as a necessary image and identity for the Brazilian territory. Its urban planning sought to privilege, through its emblematic layout of three large converging avenues, a large central Civic Square that would house the set of buildings for the administrative headquarters of the state government, conceived as a place for use, sociability and public domain. From this perspective, the article aims to debate the condition of the Praça Cívica as a public space and its actions in social interaction in the context of the 21st century. This reflection starts from the problematic of public spaces conceived by the new policy, as places that represent the ideals, order and modernity desired for the country, which seem, above all, to exalt the dominance of political power. The old appropriations, urban transformations and social dynamics - which occurred both in the center and in the square - raise the question of how the globalization process and the culture of individuality acted from the idealization of this space. This relationship can be discussed not only through changes in use and materiality, but also in the sense of monumental planning that privileges different ideas of power and modernity. The discussion verifies how the site presents only this public domain, and whether other crossings are observed in its use. To do so, it is supported by the regressivo-progressive Lefebvrian method, using history as a tool for a discussion of the present through its origins, understanding the current character as part of a process. Thus, it seeks to highlight how there is a mixture of historical times that shape conflicting socio-spatial structures over time and how the practices of an urban routine contribute to these transformations.

### KEYWORDS

Public place. History and politics. Goiânia. Civic Square. Progressive-Regressive Method.

## 1. Introdução

### 1. O espaço e o método

A questão do espaço público no Brasil se encorpou com o discurso moderno do Estado Novo (1937-1945), período que compreende o regime ditatorial da Era Vargas (1930-1945). Na busca por implantar os ideais de progresso e modernidade no país (Chaul, 1999), o planejamento urbano foi utilizado como ferramenta para produzir amplos espaços abertos destinados a um convívio social. Em Goiânia, cidade projetada na década de 1930<sup>1</sup>, para atender às necessidades da vida moderna e do novo ideal político que se consolidava durante esse período, a Praça Cívica abrange tal designação. A partir dessa se debate o espaço público, enquanto lugar de lazer e sociabilidade, discutindo se sua determinação corrobora com sua utilização. Esse local concebido como público apresenta apenas esse domínio, ou são observados outros atravessamentos em seus usos? A questão pode ser debatida e evidenciada através de características do planejamento urbano moderno, assim como, dos movimentos políticos que emergiram no Brasil durante meados do século XX.

A noção de público é discutida há séculos pela filosofia, como aponta Hannah Arendt (2007) ao defender a tese de que esse configura um lugar de união dos homens para tomada de decisões políticas e caracteriza-se como local regido por critérios básicos para a boa convivência humana. No caráter propriamente político se relaciona à coletividade, bem como a um exercício da democracia. Quando esse aspecto é transposto ao urbanismo, versa o lugar aberto para reconhecer as diferenças e estimular a sociabilidade, assim,

*os espaços públicos são locais em que atração e rejeição se desafiam (suas proporções são variáveis, sujeitas a mudanças rápidas, incessantes). Trata-se, portanto, de locais vulneráveis, expostos a ataques maniaco-depressivos ou esquizofrênicos, mas são também os únicos lugares em que a atração tem alguma possibilidade de superar ou neutralizar a rejeição. [...] locais onde se descobrem, se aprendem e sobretudo se praticam os costumes e as maneiras de uma vida urbana satisfatória. Os locais públicos são os pontos cruciais nos quais o futuro da vida urbana é decidido nesse exato momento (Bauman, 2009, p.34).*

A produção e a apropriação desses lugares podem ser discutidas através de seu processo histórico de consolidação, no intuito de proporcionar uma perspectiva entre sua concepção e seu uso efetivo, para além dos dias atuais. De influência lefebvriana, José Martins (2012) relata que passado, presente e futuro possível coexistem dialeticamente em um mesmo espaço nutrido pelo cotidiano; onde se pode identificar traços residuais de ações sociais, hierárquicas e urbanas. Nesse sentido, conhecer a história constitui uma “forma de conceber a imagem e imaginar o passado e o futuro do homem” (Amaral & Oliveira, 2019, p.5) com esses espaços. Para essa apreensão, o método regressivo-progressivo do filósofo francês Henri Lefebvre (1901-1991) possibilita através dos tempos históricos idealizar tais possibilidades.

A investigação regressiva permite discutir as modificações e as permanências na busca pelas contradições, que vão além das dinâmicas sociais e urbanas, mas que se constituem de forma estrutural. O método passa por dois momentos distintos, que estabelecem um diálogo entre si, no primeiro, o horizontal, que aborda o que é concreto, enquanto no vertical versa o resgate do aspecto histórico, essa investigação finaliza em um momento derradeiro, com a contraposição dessas percepções, aponta Amaral e Oliveira (2019). Lançar um outro olhar para o que considera a vida e os desdobramentos cotidianos além do tempo possibilita uma nova forma de leitura do espaço e da cidade, através do rompimento com as práticas hegemônicas tanto do planejamento urbano, como das construções concebidas para atender os preceitos de uma modernidade e identidade emergente. Com essa perspectiva não se considera “só o peso das gerações mortas e o fardo do presente alienado, mas também a carga de superação e destino” (Martins, 2012, p.2).

As discussões balizadas por investigações históricas, tem demonstrado fortalecimento no decorrer das últimas décadas, sobretudo por sua capacidade de transcender as observações generalistas e objetivar uma perspectiva que além das subjetividades encontradas no presente, considera os aspectos do que outrora foi esse espaço, em características materiais e sociais. Não se pretende, contudo, estabelecer conceitos ontológicos sobre as questões de uso público, domínio ou mesmo de espaço público urbano. Mas sim,

---

<sup>1</sup> Em 1933 o engenheiro e arquiteto Atílio Correa Lima (1901-1943) ficou encarregado pelo novo Interventor Federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, da elaboração do planejamento urbano para a nova capital do estado, bem como de acompanhar a execução desta nos anos subsequentes. Após demitir-se da empreitada, em 1935, o engenheiro Armando Augusto de Godoy (1876-1944) assumiu a execução da cidade, tendo efetuado adequações em algumas áreas tanto do plano urbanístico quanto de edificações propostas por Correa Lima, que ainda não haviam sido concluídas (Chaul, 1999).

estabelecer paralelos que permitam a compreensão da trajetória do lugar e como tais ações influenciam em sua existência.

O historiador francês Françoise Hartog (2003, p.174) explica, que “só há história na longa duração”. Afirmção que pode ser lida como corroboração das premissas estabelecidas anteriormente por Lefebvre, no que tange à compreensão do aspecto histórico como um método possível para análises e discussões à luz de acontecimentos dos dias atuais. Contrariando a perspectiva estabelecida, que retornar ao passado, em suma, refere-se à resgatar uma história de heróis, o autor complementa que em oposição à essa narrativa, existe aquela escrita através dos acontecimentos e não propriamente dos documentos.

Frente à valorização dessa característica, como elemento de compreensão e debate, o artigo estabelece um breve panorama do espaço público dentro da nova política instaurada a partir da década de 1930, com a instituição da Era Vargas, sequenciado pelo resgate da história da Praça Cívica à sua atualidade. Dessa forma, divide-se em três tópicos. Será abordada a questão do espaço público no contexto brasileiro, aliado às condições de ordem política que impulsionam seu desenvolvimento. Em seguida é apresentado um panorama histórico-temporal das transformações e algumas formas de ocupação evidenciadas na Praça Cívica desde sua idealização no período de construção de Goiânia, às últimas intervenções da década de 2010. O último tópico demonstra a percepção obtida através da visão regressiva, a fim de apontar a existência de atravessamentos no uso desse espaço.

## 2. O espaço: entre a política e o público

A Revolução de 1930 propagou um novo cenário ideológico da política brasileira, de implantar a ordem e a modernidade para redemocratizar o país. Compreendeu um período de grandes efervescências, tanto na esfera política, quanto econômica e cultural. Essa busca foi além de romper com as dominâncias políticas tradicionais, procurou também edificar o senso de coletividade e representação da nação, através de um regime rígido implantado pela Era Vargas (1930-1945). Nesse período se inclui a política autoritária do Estado Novo (1937-1945)<sup>2</sup>, principal propagador da modernidade no país (Fausto, 2006). O autor complementa, que o contexto político brasileiro se assemelhou aos internacionais, que diante da “ameaça” comunista recorreu a uma abordagem fascista.

Diante dessa realidade adotou-se a estratégia de construir novas cidades, balizadas nos ideais de progresso e modernidade, para moldar a uma imagem e identidade para da nação. Seria também uma forma de abdicar o tradicionalismo representado pelas antigas oligarquias dominantes e exaltar as características progressistas disseminadas pela nova política autoritária. De acordo com Fausto (2006), esses ideais refletiam um tipo de modernização conservadora, que mesmo diante do desejo de se edificar novos espaços e ocupar o território central do planalto brasileiro, refletia a continuação de ideais pretendidos pela Primeira República (1889-1930). Tratava-se de um período envolvido pela pós-revolução que buscou sua legitimação através das quebras de raízes e de uma unificação do estado, mas que em suma, pareceu utilizar práticas semelhantes de seus antecessores para tal.

Essas cidades novas foram concebidas considerando as necessidades da vida moderna, estabelecendo amplos traçados urbanos, planejados para evidenciar o poder e soberania do estado maior. Goiânia se manifesta como exemplar dessas características, seu plano piloto denota influências do urbanismo francês, inglês e da grande perspectivação central, característica da escola barroca. Em sua malha viária, possui três avenidas principais, Araguaia, Goiás e Tocantins, que convergem em direção a um ponto central, a Praça Cívica, onde estão abrigados edifícios e monumentos representantes do poder político na cidade, como o Palácio do Governo, que foi implantado no ponto central. Esses lugares passam a ser utilizados como ferramentas, apoiado no discurso do acesso democrático, para aludir, ao menos ideologicamente, a uma forma de direito a cidade. O planejamento, entretanto, parece exaltar uma dominância através de elementos que já nascem imbuídos de representatividade, os monumentos intencionais (Riegl, 2014), característica que pode ser percebida nas cidades e praças modernas. As configurações racionalistas, perspectivadas e de centralização são observadas tanto em Belo Horizonte, construída no final da Velha República, quanto de

---

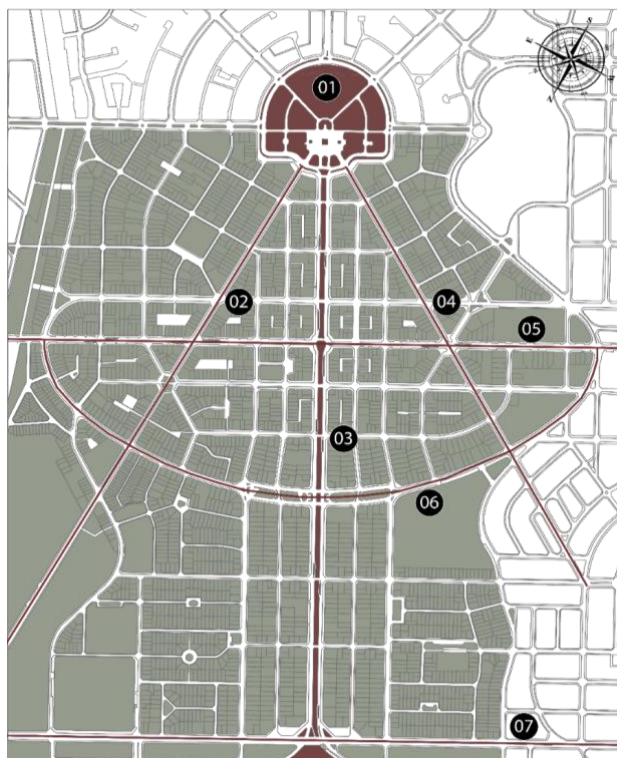
<sup>2</sup> Pode-se dizer que o Estado Novo “representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais” (Fausto, 2006, p.367).

Goiânia, durante a Era Vargas, ou em Brasília e Palmas, no período pré-ditadura e Nova República, respectivamente.

A existência desse grande espaço público aberto, em que se pode identificar estruturas do poder político, remete às características basilares da antiga cidade política<sup>3</sup>. A presença dos edifícios administrativos em uma praça é o que a confere seu caráter de cívico, que conotam além do livre acesso, a hegemonia do estado diante da comunidade, por abrigar funções de poder e situar-se no centro de uma malha urbana. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), esses locais eram vistos como padronizadores do comportamento na cidade, pois ao acatar as regras de conduta o mesmo poderia ser utilizado, o não cumprimento dessas regras poderia levar a violentas repressões (Acselard, 2015). A premissa é de que esses locais concebidos pela política não estavam destinados propriamente a um uso, mas ao controle do público. Isso pode ser associado ao próprio modelo político vigente e a instalação da promessa de ordem, defendida pelo governo.

Essa relação que estabelecida entre o poder e o espaço público, ressaltando uma característica de dominação e subordinação, foi abordada *a priori* pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), em seu cânone *Surveiller et Punir: Naissance de la prison*. Que de início, introduz uma passagem histórica situada na *Place de Grève*, em Paris do século XVIII<sup>4</sup>. Com detalhes dantescos, versa uma prática punitiva realizada aos olhos da cidade. Circunstância que pode exemplificar uma subversão histórica do espaço público, especificamente destinado à uma manutenção da ordem, essa, que seria estabelecida de acordo com cada governante.

A esse respeito, tendo em vista a concepção dos espaços de ordem, permite-se pensar na Praça Cívica em Goiânia (Figura 1), como fiel representante desse ideal, que buscou exprimir um tipo de dominância subjetiva, em primeira instância, não se destaca com tal característica. Mas a partir de um olhar atencioso à sua intenção enquanto construção e lugar, pode se revelar as verdadeiras premissas escondidas por trás do mobiliário urbano de característica *déco* e dos festejos promovidos pelo governo estadual. Não obstante a presença central da praça em relação ao traçado urbano de características funcionais e racionalistas, o planejamento da cidade potencializa seu efeito centralizador, visto que a mesma pode ser percebida em diferentes avenidas que converge em direção à esse ponto, desde as mais amplas às mais estreitas.



**Figura 1.** Mapa com identificação de trecho do plano piloto, projetado por Atílio Correa Lima na década de 1930. Identificadas por legenda: 01 – Praça Cívica | 02 – Avenida Araguaia | 03 – Av. Goiás | 04 – Av. Tocantins | 05 – Av. Anhanguera | 06 – Av. Paranaíba | 07 – Av. Independência. Fonte: SEPLAM (2010), com intervenções do autor, 2022.

<sup>3</sup> Ver Lefebvre (1999).

<sup>4</sup> Destaca-se, que o evento ocorreu antes da reforma de Haussmann em Paris, realizada no século seguinte. Dessa forma, o processo de renovação proporcionado pelo barão na capital francesa, pareceu adaptar às estruturas da cidade para uma nova dinâmica de poder, que em relação às sociedades modernas, se associavam a uma nova maneira de dominação, pautada, sobretudo, no controle e nas relações.

Partindo dessa relação estabelecida, Coelho (2019) explana sobre as projeções que o planejamento urbanístico e a arquitetura podem tomar quando associados à critérios e objetivos políticos. Para isso, retoma a concepção de algumas cidades novas projetadas na Itália durante o mesmo período da idealização de Goiânia, ambas localidades, sob égide de um poder autoritário. Especificamente ao comparar Sabaudia, localizada na Província de Latina, na Itália, explica que seu traçado teve como ponto de partida, “duas grandes praças e “deu grande destaque à construção dos edifícios oficiais, o que, guardadas as proporções, pode ser visto também na construção de Goiânia, com as Praças Cívica e do Trabalhador.

*Nos dois casos, a busca por uma cenografia urbana, conseguida principalmente através de perspectivas e da definição dos elementos arquitetônicos de maior interesse, foi de fundamental importância para a construção de uma imagem que exprimisse bem a ideologia política dos governos a que deveriam servir. Nos dois casos, a protagonista de maior relevância na composição é sem dúvida o espaço público, o lugar por excelência para a exaltação do poder central e de seus representantes locais. Assim, não só a Praça Cívica em Goiânia, mas também a Praça da Revolução, em Sabaudia, surgem para cumprir o papel esperado de principal espaço público em uma cidade nova construída a serviço do poder (Coelho, 2019, p.142).*

Ainda nesse período, a concepção do espaço público aberto também pode ser vista pela lógica de uma (re)produção capitalista do espaço. No desejo de concretizar ideais através de utopias urbanas construídas a partir do “dualismo invenção-destruição” (Cançado, 2019, p.288), esses domínios são ressignificados por meio de sua reinvenção. Surge então uma construção espacial que, ao ignorar o significado das pré-existências, atribuiu novos signos e despreza o domínio dito público desses lugares. Salvo em exceções de extrema revolta e reivindicação, tornam-se espaços idealizados para muitos, apropriados por poucos, onde existe um “imaginário a ser superado” (Cançado, 2019, p.288).

Pode-se então pensar em conjunto com Jane Jacobs (2011), que o urbanismo moderno trouxe consequências perversas para o convívio social na cidade. Nesse sentido o espaço público aberto, como forma de incentivo a uma sociabilidade urbana, torna-se lugar que como a própria modernidade, enfatiza o efêmero. “A supressão do espaço público vivo contém uma ideia ainda mais perversa: a de fazer o espaço [...] uma derivação do movimento” (Sennet, 1998, p.28). Se a ideia de moderno, progresso e evolucionário está relacionada às novas formas de produção e ao desenvolvimento de uma cultura capitalista e espetacular, no sentido debordiano<sup>5</sup>, esse lugar pode ser percebido mais como um elemento de dominação que de apropriação e estímulo à uma cotidianidade.

### 3. A praça moderna na cidade nova

Idealizada na década de 1930, Goiânia foi planejada para atuar como nova sede administrativa e política do estado de Goiás. Com um desenho urbano erudito e de acordo com Manso (2001), com influências do urbanismo inglês e do barroco francês, o plano da capital foi organizado em função de um zoneamento de atividades, com robustas avenidas para o escoamento do tráfego. Para o centro deste traçado, foi concebido um grande espaço aberto destinado ao domínio público, a Praça Cívica (Figura 2), designado a abrigar



edificações de uso institucional e estimular a sociabilidade entre cidadãos. A Praça Cívica foi um dos primeiros espaços da cidade a ter seu canteiro de obras delimitado (Dossie, 2010), que serviu também como marcação das principais avenidas que dariam corpo à nova empreitada. Essa ação ocorreu logo após o lançamento da pedra fundamental da cidade, em meados de 1933.

**Figura 2.** Praça Cívica em 1967.  
Fonte: MIS-GO. Foto: Hélio Oliveira.

<sup>5</sup> Espetáculo ao qual se refere Guy Debord em “A sociedade do espetáculo”. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

As praças planejadas pelo poder republicano no Brasil foram concebidas com princípios estéticos europeus, que pareciam as desconectar de uma realidade brasileira, sobretudo, de seu caráter comunitário. Em prol da modernidade fordista, a forma e a dimensão dos espaços passam a ser invertidos, como aponta Harvey (2004), assim a escala urbana aparenta ceder lugar para uma monumentalidade. Essa relação pode ser percebida não apenas na praça, como no plano piloto da cidade, que parece apenas reverenciar conceitos do urbanismo que resultam em uma perspectiva de/do poder. O planejamento da praça também buscou privilegiar alguns aspectos da mobilidade, e seus amplos espaços abertos pavimentados, já na década de 1940 havia sido apropriado como estacionamento para veículos (Figura 2).

Entre as décadas de 1940 e 1970, Fernandes (2011) relata uma ocupação desse espaço com a finalidade de encontros sociais e festejos comemorativos. Nesse momento, próximo ao período de construção e inauguração da cidade, que ocorreu em 1942, o centro de Goiânia permaneceu com suas atividades originais, prioritariamente de comércio e moradia. A presença dos habitantes na praça pode ser vista como o vínculo que os indivíduos ali residentes desenvolviam com o núcleo original desde o período de fundação. As dinâmicas sociais na década de 1970 reconfiguram a ocupação da cidade, onde o centro passa a desempenhar forte atividade comercial, como destaca Grande e Boaventura (2016). Tem-se então não apenas a ocupação desse espaço, mas também a sobrecarga de alguns elementos do traçado urbano, como os becos de quadra, que desempenhavam uma função de serviço e apoio para o comércio da região central, sobretudo, daquelas localizadas na avenida Goiás.

A década de 1980 trouxe o avanço do processo de verticalização no centro da cidade (Manso, 2001), que apesar de contribuir para uma maior ocupação do espaço público, não aparenta ter resultado em sua apropriação completa. Com o surgimento dos novos bairros e condomínios fechados, datados entre as décadas de 1980 e 1990, ocorreu o deslocamento da classe mais abastada que residia nessa localidade. Com a mudança desse grupo e a intensificação das atividades comerciais no centro da cidade, permite-se refletir que as novas atividades, e o tipo de fluxo ocasionado por elas, podem ter contribuído com a dificuldade do lugar de estabelecer um vínculo com seus novos frequentadores.

No final do século XX, os novos usos dos espaços e edifícios no núcleo originário parecem se estender à praça. Durante o dia, se tratava de um local de passagem e lanche para comerciários da região, a noite ocorria uma subversão de seu uso original, tomada por moradores em situação de rua (Fernandes, 2011), que desenvolviam ali, uma nova apropriação, fora dos moldes para os quais o espaço havia sido proposto. Essa ocupação parece contradizer os princípios que deram origem ao lugar, tanto da dominância política, quanto do usufruto de um local estimulante da sociabilidade. Essa reflexão pode ainda ser vista, como uma reivindicação momentânea por determinado grupo da cidade. Diante dessa realidade, Fernandes (2011) completa que, visando a proteção dos edifícios institucionais, o espaço foi cercado por grades de metal, para controlar o acesso e preservar as construções.

Em 1998 foi realizado o plano de revitalização da Praça Cívica, a intenção era de transformá-la em um objeto cultural a fim de incentivar a apropriação dos cidadãos com programas, espaços e eventos sociais e comemorativos, destaca Fernandes (2011). O intuito seria de restaurar a destinação inicial do local, e estimular sua apropriação pelo público. Já nos anos 2000, se percebe o declínio de algumas atividades administrativas que se desenvolviam na praça, nesse momento, o Palácio das Campinas, concebido para abrigar funções de uso administrativo municipal, foi transferida para uma nova edificação, fora do conjunto da Praça Cívica (Cabral & Borges, 2009).

Por configurar parte do traçado urbano da cidade, que representa uma história oficial e pelo valor social que desempenhou nos anos iniciais após a inauguração, a praça foi tombada em 2003 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. O início do século XXI trouxe além do reconhecimento da Praça Cívica como patrimônio, uma busca pela segurança, a procura pelos espaços privatizados, por uma cultura da individualidade. Situação que diante da função do lugar pode impedi-lo de desempenhar tanto sua função pública, quanto de patrimônio. Essa perspectiva contextualiza a decadência a que os espaços de domínio público têm sido submetidos (Sennet, 1998). Os acontecimentos ocorridos nas últimas décadas na Praça Cívica corroboram com esse entendimento, bem como com a compreensão das transformações no local.

No final da década de 2010, o espaço central da praça, onde se localiza o monumento à Goiânia<sup>6</sup>, havia sido adaptado a um estacionamento a céu aberto. Fernandes (2011) completa que seu uso estava destinado mais a uma passagem efêmera, resgatando o apontamento de Sennet sobre a vitalidade e a permanência no espaço público moderno, com uma infraestrutura insuficiente para atender toda a dimensão da praça, deixando pontos escuros durante a noite, período em que era vandalizada. Essa condição parece criar um paradoxo, em que o lugar concebido para ser público não proporciona as condições para sua atuação como tal. E nesse momento, mesmo após sua eleição como patrimônio, essa condição aparenta persistir a partir de usos diversos que diferem de sua intenção original.

Em 2015 foi proposta uma nova requalificação na Praça Cívica, em que foi executada a troca do calçamento e a recuperação do paisagismo. A obra foi financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC cidades históricas<sup>7</sup>, coordenada pelo IPHAN e durou cerca de um ano (IPHAN, 2016, s./p.). Nessa intervenção foi resgatado o discurso de devolver a praça aos moradores da cidade, entretanto, notou-se que a ação esteve mais relacionada à um fachadismo, que parece contribuir com a ideia da arquitetura como construção de uma narrativa. Essa problematização recai sobre a ideologia que cerca a vitalidade do espaço público moderno, pois,

*são locais efêmeros. Costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade. Seu desempenho nada tem de simples. Podem constituir elementos maravilhosos dos bairros e também um trunfo econômico para a vizinhança, mas infelizmente poucos são assim. Com o tempo, podem tornar-se mais apreciados e valorizados, mas infelizmente poucos duram tanto* (Jacobs, 2011, p.123).

As reformas ocorridas nesse espaço trazem elementos como o monumento em homenagem a Pedro Ludovico<sup>8</sup>, que originalmente, segundo Souza (2019) se localizava perpendicular à avenida Goiás e que após a reforma de 2015, foi transferida para a outra extremidade da praça (Figura 2). Nessa nova localidade, a escultura aparenta uma desconexão da população, por estar implantado em um pedestal a dez metros do chão. Perspectiva que pode ser vista como uma alusão ao poder e a dominância da antiga promessa política de ordem, implantada pelo Estado Novo. A dimensão e as proporções da escultura também demonstram em si uma questão de escala, que se distorce na representação. Essa ótica pode ser ampliada para a relação da praça com o plano piloto original, em que parece atuar como um elemento superdimensionado, se comparado à dimensão das demais localidades no traçado pioneiro.

Mesmo diante da ação de restauro, se percebe que poucas atividades são incentivadas no local e a ausência de uma apropriação consolidada que esteja além do movimento, parece evidenciar uma sensação de insegurança na passagem pelo local durante o dia, característica que se intensifica à noite. Alguns usos que enfatizam o movimento (Sennet, 1998; Jacobs, 2011) podem ser notados diante de uma observação no espaço, como o trânsito de pedestres, o aumento da ocupação no intervalo de almoço durante a semana, além de crianças acompanhadas de babás que circulam de bicicletas. De maneira geral pode ser percebida uma forma de ocupação, mesmo que em momentos específicos do dia ou da semana.

Por atuar como representante do poder político na cidade, o local tem sido apropriado também em algumas ocasiões específicas, durante protestos, manifestações, reivindicações populares, comícios, eventos cívicos ou comemorativos. Contudo, tratam-se de ocupações momentâneas, que logo se esvaem, parecendo não haver uma completa reivindicação do lugar para a comunidade. Santos (2020) aponta que da mesma forma que o local se torna ponto focal de reuniões comemorativas políticas, passa também a exercer uma função reivindicatória pela comunidade.

Em 1983 foi utilizado com palco para as manifestações do movimento Diretas Já, em um ato que reuniu cerca de 15 mil pessoas, que foi propulsionado para o âmbito nacional através do comício que ocorreu na capital goiana (Nery, 2012). Em 2013, foi ocupada em grande parte em protestos contra o aumento da tarifa

<sup>6</sup> O Monumento à Goiânia foi produzido pela escultora goiana Neusa Moraes e implantado na Praça Cívica em 1967, ficou popularmente conhecido como Monumento às Três Raças, por representar a miscigenação do povo brasileiro através do índio, do negro e do branco. A escultura substituiu a antiga luminária projetada com características do *art déco*, em homenagem aos trabalhadores que atuaram na construção da cidade (CABRAL, BORGES, 2009).

<sup>7</sup> “O programa é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar” o patrimônio brasileiro, busca valorizar a cultura e promover “[...] o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade de vida para os cidadãos” (IPHAN, 2016, s./p.).

<sup>8</sup> A estátua foi encomendada também à escultora Neusa Moraes, em meados da década de 1990 para homenagear o fundador de Goiânia e Interventor Federal nomeado pelo governo federal. De acordo com Souza (2019), a escultura é um dos elementos que busca consolidar uma narrativa oficial, que para concretizar a história da fundação da cidade, abre mão da própria condição histórica de seu idealizador.

de ônibus na capital, que se estendiam à Praça do Trabalhador e chegavam até a Assembleia Legislativa do Estado. Embora a tarifa fosse um dos pontos para a manifestação, não se restringia a ela, o protesto questionava também atividades tanto do governo estadual, quanto federal (Lima, 2013). Esse movimento se estendeu na capital goiana e em demais cidades brasileiras até meados de 2016, período em que ocorre a deposição da presidente da república.

Diante do cenário pandêmico que se iniciou em 2020 a praça voltou a ser ocupada com manifestações de cunho político, foram realizados desde o início de 2021 protestos populares que reivindicam a aquisição de maiores quantidades de vacinas pelo governo federal. Os atos também ocorrem a favor e contra a atual gestão do país. Dessa forma é possível perceber que as aglomerações políticas no local parecem estar conexas à uma demanda da sociedade diante da esfera federal, que são utilizadas em instâncias apelativas frente ao poder público. Assim o lugar planejado para evidenciar os avanços modernos de uma conjuntura política, aparenta ser invertido para questionar os próprios grupos no poder.

Tais acontecimentos podem ser lidos ainda como atravessamentos políticos que influenciam no uso e ocupação da praça, mesmo que de forma momentânea e refletem uma oposição de outros eventos que ali acontecem, como as festas juninas, de natal e shows comemorativos na virada de ano. Sendo comemorativo ou reivindicatório, se nota em ambos uma forte presença policial, que em alguns momentos de protesto levam a agressões físicas. Assim além da diversidade na destinação e no uso, que se apresentam desde a fundação da cidade, o local parece ainda manter algumas características de poder e controle. Que embora exaltadas nos momentos cívicos, parecem deixar de fora uma segurança diária, que poderia estimular maior presença da comunidade nesse espaço.

Na contramão de ações eventuais e da efemeridade, Tonucci Filho e Magalhães (2017) destacam outra forma de apropriação, que pode ser ampliada também aos espaços públicos abertos, a prática do comum. Trata-se de uma ação de estímulo coletivo, que pode ser vista como uma forma de (re)valorizar o espaço e construir seu valor público através de vivências cotidianas. Com o que Certeau (1994) chamou de utilizar a cidade por dentro. Esse uso diário pode ser resultado de uma ação individual, em que o habitante reclama a si e ao coletivo a inversão do lugar, de símbolo do poder, que afasta ou é utilizado em ocasiões de insatisfação, para um elemento de vitalidade e sociabilidade urbana.

## 4. Considerações finais

A noção de espaço público tem se fragmentado com as privatizações que criam lugares isolados e a ausência desse isolamento parece proporcionar uma sensação de insegurança que desestimula o uso do local aberto de domínio público, que não tenha acesso controlado. Isso reflete a sociedade que consome e simultaneamente tem sido consumida pelo capital, desprezando a convivência e o coletivo ao optar por pequenos universos autocentrados.

Revisitando o espaço público moderno em Goiânia, através de sua história e de alguns acontecimentos que marcaram sua existência, identifica-se que o mesmo parece mais se afastar dos valores que lhe eram conferidos nas décadas imediatas a fundação da cidade. Tal percepção permite verificar que o lugar público projetado por um planejamento urbano, na ausência de um estímulo de uso e de sua adequação a um novo cotidiano local, feito a partir da compreensão das dinâmicas citadinas, pode permanecer no campo da representação de uma vontade de ser público. Para cumprir esse domínio, necessita-se de uma atribuição de valor que seja conferida através das apropriações e de uma rotina urbana.

Essa realidade diz respeito não apenas a construção do espaço público, mas também de sua ocupação, que parece não ser contínua, em um sentido de sociabilidade, mas sim passageira. Mesmo nesse contexto, a praça demonstra uma variedade de atravessamentos em seus usos no decorrer de sua história, desde a função de passagem, estacionamento, abrigo, troca, manifestações e eventos cívicos ou comemorativos. Em ocasiões específicas essas ações reivindicam uma função pública, mas em relação à uma cotidianidade, de permanência, sociabilidade e convívio, aparenta estar ligada a uma representação que precisa ir além das restaurações físicas, mas incentivar e propagar uma variedade de usos e atividades para alcançar essa destinação.

## 5. Agradecimentos

Este artigo foi elaborado com apoio e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.



## 6. Referências

- Acselrad, H. (2015). *Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ: Lamparina, FAPERJ;
- Amaral, C. V. de L., & Oliveira, A. M. V. (2019) História do espaço, espaço da história: Reflexões sobre o papel da história no processo e no ensino de projeto de arquitetura. *Revista Jatobá*. Goiânia GO, 1, 01-23. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revjat/article/view/61277>. Acesso em 03 de março de 2023;
- Arendt, H. (2007) *A condição humana*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Forense Universitária;
- Bauman, Z. (2009) *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Zahar;
- Cabral, M. M. R., & Borges, M. E. (2009) Monumento à Goiânia: Outro olhar sobre sua trajetória *Anais do II Seminário nacional de pesquisa em cultura visual*. Goiânia – GO. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2009.GT1\\_CABRAL\\_e\\_BORGES\\_-\\_MONUMENTO\\_A\\_GOIANIA\\_OUTRO\\_OLHAR\\_SOBRE\\_SUA\\_.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2009.GT1_CABRAL_e_BORGES_-_MONUMENTO_A_GOIANIA_OUTRO_OLHAR_SOBRE_SUA_.pdf). Acesso em: 01 de março de 2023;
- Cançado, W. (2019) *Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica*. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura. Belo Horizonte – MG;
- Chaul, N. F. (1999) *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia – GO: Editora UFG.
- Certeau, M. de (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes;
- Coelho, G. N. (2019). *A estética do poder e da modernidade: Arquitetura art déco em Goiânia*. Goiânia – GO: Trilhas Urbanas.
- Dossiê de Tombamento. (2010) *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. Goiânia – GO: Instituto Casa Brasil de Cultura.
- Fausto, B. (2006) *História do Brasil*. São Paulo – SP: Ed. UNESP;
- Fernandes, L. D. (2011) *As praças cívicas das novas capitais brasileiras*. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília. Brasília – DF;
- Grande, I. O. de., & Boaventura, D. M. R. (2015) Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da praça cívica e avenida Goiás. *Revista PerCursos*. Florianópolis – SC, v. 16 (30), p. 74-98. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos>. Acesso em: 10 de junho de 2021;
- Harvey, D. (2004) *A condição pós-moderna*. São Paulo – SP: Ed. Loyola;
- IPHAN, (2021) Praça Cívica será entregue à população de Goiânia (GO) após obra de requalificação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3784/>. Acesso em: 14 de julho de 2021;
- Jacobs, J. (2011) *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo – SP: WMF Martins Fontes;
- Lefebvre, H. (1999) *A revolução Urbana*. Belo Horizonte – MG: Ed. UFMG;
- Lima, G. Representantes de protesto falam em mais de 50 mil nas ruas de Goiânia. *Portal G1 Goiás*. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/representantes-de-protesto-falam-em-mais-de-50-mil-nas-ruas-de-goiania>. Acesso em: 14 de julho de 2021;
- Manso, C. F. A. (2001) *Goiânia: Uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia – GO, Edição do autor;
- Martins, J. de S. (2011) A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. *Anais do 35º encontro anual da ANPOCS: MR 17 – Vinte anos sem Henri Lefebvre*. Caxambú – MG. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs>.
- Nery, V. E. (2012) *A campanha direta já e a transição da ditadura militar para a democracia burguesa*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP;
- Riegl, A. (2014) *O culto moderno dos monumentos: A sua essência e a sua origem*. São Paulo – SP: Ed. Perspectiva;
- Santos, R. S. dos. (2020) *A plasticidade na interação entre sujeito e lugar – Estética em um sítio patrimonial: o caso da Praça Cívica em Goiânia*. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília. Brasília – DF;



Sennet, R. (1998) *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. São Paulo – SP: Companhia das Letras;

Souza, R. B. (2019) O museu, a estátua e a cidade: Leituras sobre o patrimônio em Goiânia. *Anais do 5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais – Democracia e Direitos Humanos: Crises e Conquistas*. Goiânia – GO. Disponível em: [https://files.cercomp. ufg.br/weby/up/106/o/RILDO\\_resumo.pdf](https://files.cercomp. ufg.br/weby/up/106/o/RILDO_resumo.pdf). Acesso em: 26 de julho de 2021;

Tonucci Filho, J. B. M., & Magalhães, F. N. C. (2017) A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. *Cadernos Metrópole*, 19 (39). São Paulo – SP. Disponível em: <https://www. scielo.br/j/cm/a/zRsLZ9Xzgv7gyZ9WGThwR>. Acesso em: 04 de junho de 2021.